

Maria Edivani Silva Barbosa

Professora Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC,
Doutoranda em Educação Brasileira, pela Faculdade de Educação - UFC
edivanisb@yahoo.com.br

Os agentes modeladores da cidade de Aracati-CE no período colonial¹

Resumo

A cidade de Aracati (Ceará/Brasil) manifesta, na morfologia urbana, vestígios do apogeu econômico, herdados do século XVIII. A arquitetura e o traçado urbano remanescentes são suportes da memória urbana e revelam singularidades locais que a distinguem de outras vilas criadas no mesmo período histórico. A organização do espaço é resultado das forças que atuaram na sua produção, como a Igreja, as irmandades religiosas, o Estado português, os agentes econômicos (fazendeiros, comerciantes e charqueadores), a Câmara municipal e demais grupos sociais. Entender a trama entre esses agentes revela momentos únicos dessa memória urbana, o que explica a produção espacial. Através da paisagem urbana, verifica-se a lógica dos elementos construídos: o traçado urbano retilíneo, com ruas largas cortadas por becos, buscava adequar-se à dinâmica econômica da época; a arquitetura residencial com fachadas iguais foram diretrizes urbanas do Governo português. Os templos religiosos refletem a influência e o poder da Igreja Católica na organização socioespacial. A construção da cidade de costas para o rio Jaguaribe se deu devido ao fato de, na época, ser considerado um local insalubre, para onde seguiam os dejetos da vila. A compreensão, no tempo e no espaço, da formação socioespacial da cidade de Aracati foi possível graças a este estudo.

Palavras-chave: Espaço, Memória Urbana, Agentes Modeladores do Espaço.

Résumé

LES AGENTS DE MODELAGE DE LA VILLE D'ARACATI-CE DANS LA PÉRIODE COLONIALE

La ville de Aracati (Ceará/Brésil), manifeste, par la morphologie urbaine, des vestiges de son apogée économique, hérités du XVIII^{ème} siècle. L'architecture et le dessin urbain rémanents sont des supports de la mémoire e révélant des singularités

locales qui la distinguent d'autres bourgs créés dans la même période historique. L'organisation de l'espace est le résultat des forces qui ont agi dans sa production, comme l'Église, les confréries religieuses, l'État portugais, les agents économiques (fermiers, commerçants, "charqueadores"), le Conseil municipal et d'autres groupes sociaux ont été identifiés et analysés. Comprendre la trame entre ces agents révèle des moments uniques de cette mémoire urbaine, ce qui explique la production spatiale. À travers le paysage urbain, on peut vérifier la logique des éléments bâtis: le tracé urbain droit, avec des rues larges coupées par de petites rues visait l'adéquation avec la dynamique économique de l'époque; l'architecture résidentielle avec des façades identiques ont été le modèle urbain choisi et imposé par le gouvernement portugais. Les temples religieux montrent l'influence et le pouvoir de l'Église Catholique dans l'organisation sociospatiale. La construction de la ville avec les façades au sens inverse du fleuve Jaguaribe est dû, à l'époque, à l'insalubrité des locaux puisque les déchets de la ville étaient jettés dans les eaux de ce fleuve. La compréhension, dans le temps et dans l'espace, de la formation sociospatiale de la ville d'Aracati et ses environs est possible grâce à cette étude.

Mots-clés: L'espace, Mémoire Urbaine, Les Agents de Modelage de l'Espace.

1. Introdução

As cidades cearenses, cujo apogeu econômico ocorreu nos períodos das economias pecuária (século XVIII) e algodoeira (século XIX), constituem-se verdadeiros suportes da memória histórica, em virtude dos resquícios materializados no espaço, representados através de traçados urbanos, templos religiosos, fortalezas, portos, casarões, armazéns, praças públicas, parques, entre outros elementos da morfologia urbana. Uma vez reconhecidos, esses testemunhos ajudam a compreender, em parte, o processo histórico-geográfico de formação e ocupação do território cearense em seus diferentes momentos.

Sendo assim, as vilas e cidades cearenses que se inscreveram no mesmo universo da exploração colonial se destacam por guardarem no espaço alguns exemplares arquitetônicos, herança de um passado distante. A exemplo disso, encontram-se, na região Noroeste Cearense, as vilas criadas no século XVIII: Viçosa do Ceará (1759) e Sobral (1773); na região dos Sertões Cearenses, Quixeramobim (1766); na região Jaguaribana, Aracati (1748) e Russas (1766); no Centro-Sul Cearense, Icó (1738); e, na Região Metropolitana de Fortaleza, Aquiraz (1713). Esses são exemplos de cidades

localizadas em diferentes pontos do território cearense cuja arquitetura local esconde um conteúdo social capaz de revelar momentos singulares das dimensões política, cultural e econômica do espaço cearense.

Com efeito, a paisagem urbana de Aracati se destaca por apresentar um importante patrimônio arquitetônico, herdado especialmente do período colonial e, por este motivo, tombado. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, vários motivos justificaram o tombamento do sítio histórico de Aracati no ano 2000, destacando-se os seguintes: a liderança econômica que a cidade exerceu na capitania do Ceará durante muito tempo; o traçado urbano remanescente e as construções que ainda dizem muito do quanto se produziu nas economias pecuária e algodoeira, destacando-se as casas térreas, os sobrados que formam graciosos conjuntos e outras edificações, tais como templos religiosos, casa de Câmara e cadeia pública, detentoras de linguagem harmônica e ritmada, com detalhes arquitetônicos variados e expressivos. A cidade expressa, ainda, a influência da arquitetura árabe através dos azulejos utilizados no revestimento das fachadas de algumas construções (IPHAN, 1998, p.35).

Ao considerar a influência da cidade de Aracati no período colonial, que se estendeu por quase todo o território cearense, a Geografia tem muito a contribuir com o resgate da memória desse lugar. Nesse sentido, a leitura visual da paisagem urbana é imprescindível, ou seja, a análise das formas visíveis, aquilo que pode ser apreendido pelo olhar do pesquisador, os resquícios do passado, a materialidade.

Através da análise da materialidade ainda expressa no espaço e da relação que se faz entre os processos econômicos, políticos e culturais, conteúdo este resgatado nos arquivos públicos, nas bibliotecas, nos museus (instituições de memória), nas principais obras de historiadores e geógrafos cearenses, nas narrativas dos viajantes estrangeiros, é possível decifrar, decodificar os símbolos, isto é, as representações sociais, herdadas da sociedade colonial. O objetivo deste trabalho, portanto, é o de analisar o papel dos agentes modeladores da cidade de Aracati/CE, no período colonial, a saber: os agentes econômicos (fazendeiros, comerciantes e charqueadores); a Igreja e as irmandades religiosas; o Estado português; a Câmara municipal e demais grupos sociais.

2. A Geografia e os estudos urbanos no Brasil

No século XVIII, Aracati se tornou uma vila de primeiro nível dentro da estrutura urbana do Ceará colonial. A primazia adveio com o apogeu da pecuária e o desenvolvimento das charquedas, que proporcionaram riqueza, materializada no espaço pela ação dos diversos agentes modeladores do espaço. Esses atores sociais eram representados pelo poder econômico, com destaque para os fazendeiros, comerciantes e charqueadores; outro grupo era representado pelo poder político, como o Estado português, pela Câmara municipal (juizes e vereadores); e ainda outro, identificado pela Igreja, com destaque para as irmandades religiosas.

Alguns estudos sobre o funcionamento das cidades e vilas no período colonial foram basilares para fundamentar teoricamente a temática em questão. Entre os autores que trabalham com essa temática, destacam-se Reis Filho (1968), Azevedo (1994), Vasconcelos (1997) e Abreu (1988). O primeiro, com sua obra intitulada “Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil”, traz importantes contribuições sobre o sistema social da colônia, a política urbanizadora, a rede urbana, entre outros assuntos. O segundo se destaca por revelar, entre outras coisas, o papel da Igreja na construção e regulamentação desses espaços. O terceiro, Pedro Vasconcelos, com seu artigo “Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial”, forma um campo teórico mediador desses estudos diacrônicos no que se refere às pesquisas do espaço urbano. Finalmente, Maurício de Abreu contribui com o artigo “Sobre a Memória das Cidades”, no qual trata de categorias básicas para entender o passado das cidades. Através desses estudos, torna-se possível adentrar no passado dos primeiros núcleos urbanos do Brasil e entender o sistema social e espacial daquele período. Para estudar as cidades brasileiras no período colonial, é “necessário adaptar, ou mesmo criar, novos conceitos e termos, pois aqueles utilizados para a compreensão das cidades atuais não correspondem satisfatoriamente às especificidades e à complexidade das sociedades pretéritas” (VASCONCELOS, 1997, p.247).

Um exemplo que ilustra essa realidade consiste em comparar os agentes sociais produtores da atual cidade capitalista, pois estes não po-

deriam corresponder aos mesmos agentes sociais da cidade colonial. No caso brasileiro, por exemplo, segundo Corrêa (2000), os agentes produtores desse espaço são assim classificados: (1) os proprietários dos meios de produção; (2) os proprietários fundiários; (3) os promotores imobiliários; (4) o Estado; e (5) os grupos sociais excluídos. Por sua vez, os agentes modeladores das cidades, no período colonial, segundo Vasconcelos (1997, p. 249), são: “(1) a Igreja; (2) as ordens leigas; (3) o Estado; (4) os agentes econômicos; (5) a população e os movimentos sociais.”

Contudo, Vasconcelos aponta para o fato de que “o papel da Igreja tem sido pouco destacado nos estudos urbanos”, não obstante, ele “foi determinante na estruturação das cidades”. Foi tão forte a influência da Igreja Católica que esta não se fez sentir apenas no setor do culto e do ensino durante o período colonial. Essa influência aparece de maneira marcante na própria nomenclatura das vilas e cidades criadas no referido período. Enfatizando a importância do papel que a Igreja Católica exerceu, Aroldo de Azevedo acentua os nomes de santos mais utilizados para designar as vilas e cidades, o que revela a influência lusitana no cotidiano das vilas e cidades coloniais:

Sem pretender fazer estatísticas, tudo parece indicar ter sido o nome da *Virgem Maria*, *Nossa Senhora*, o que maior número de vezes se repetiu durante a época colonial. Dentre os santos, a predominância parece caber a *São José*, a *Santo Antônio* e a *São João* – tão enraizados na alma religiosa dos portugueses – seguindo-se-lhes: *São Jorge*, *São Vicente*, *São Paulo*, *São Cristóvão*, *São Luís*, *São Francisco*, [...] A figura de *Jesus Cristo* aparece sob a forma de *Salvador*, *São Salvador*, ou *Senhor Bom Jesus*, ou ainda através de Seu sacrifício, com invocações à *Santa Cruz*, e de sua natividade, sob a forma de *Natal* e *Belém*. Resta-nos lembrar a homenagem aos Santos em geral (*Santos*, *Todos os Santos*), à *Santíssima Trindade*, ao *Espírito Santo*, [...]. Em conclusão: para um total de 225 aglomerados urbanos, entre vilas e cidades, nada menos de 95 (isto é, 43%) apresentavam caráter religioso em sua denominação (AZEVEDO, 1994, p.66).

Ao considerar a importância da Igreja no que se refere à organização do espaço urbano e não apenas à religiosidade, Reis Filho (1968, p.177-179) esclarece que as funções de administração pública eram atribuídas tanto à Igreja quanto ao Estado. O autor acrescenta ainda que, “com diversas funções na vida urbana, não é de se estranhar que o conjunto das construções religiosas ocupasse uma parcela ponderável da arquitetura urbana, que poderia ser avaliada em 20% do volume construído”.

Sendo assim, negligenciar o papel da Igreja na cidade de Aracati desde o surgimento do povoado seria apagar algumas páginas da memória da cidade, fato este impossível de acontecer, uma vez que as igrejas construídas no período colonial continuam marcando a paisagem urbana.

3. Os agentes econômicos e a produção do espaço na Vila de Santa Cruz do Aracati

As primeiras vilas do Ceará colonial surgiram motivadas pelos aldeamentos liderados pelos jesuítas, pela atividade pastoril, pela produção e comercialização da carne seca (também conhecida “carne do Ceará”), pelas atividades administrativas, militares e religiosas (SOUZA, 2005, p.18).

No que se refere à cidade de Aracati, segundo Sousa (1922, p.12), desde o início de sua fundação como povoado e vila desenvolveu a função comercial, com destaque para o comércio de charque, de couro de boi, vaquetas, couros de cabras e pelicas brancas. Para Sousa, esse comércio, se desenvolveu de “modo assombroso e rápido”, transformando em pouco tempo a face do humilde arraial que se tornou um dos mais procurados e populosos daquela capitania.

Contrapondo-se a essas informações, Lemenhe, M. (1991) faz algumas observações acerca desse rápido crescimento do povoado. A autora concorda com as afirmativas, porém faz algumas restrições.

[...] fazem sentido se confrontarmos a situação do povoado ao tempo de sua constituição em vila – existência de atividades produtivas de caráter urbano, comercialização de carne e couro produzidos nas imediações – com as circunstâncias em que foram criadas as demais, no período que analisamos, para as quais foi necessário arregimentar moradores para desenvolver atividades rurais. Mas a extensão do adensamento populacional em torno da produção e comercialização e a expansão destas devem ser relativizadas (LEMENHE, M. 1991, p.39-40).

De fato, questiona a autora, presume-se que a atividade de salga absorvia uma população maior que a das fazendas, principalmente se for considerado o sistema rudimentar de produção e o volume de carne exportada. Entretanto, considerando-se que, no período de maior expansão da charqueada, por volta de 1781, não era elevado o número de fábricas

de beneficiamento da carne no Aracati, existiam talvez umas cinco, é de se duvidar do número considerável de indivíduos no povoado ao tempo de sua constituição em vila. Levando-se em conta o provável início da charqueada – primeira década do século XVIII e final do século – em 1789 – quando o saldo populacional não excedia a cifra de 2.000 pessoas, poder-se-á, igualmente, duvidar do “assombroso e rápido” desenvolvimento da vila (LEMENHE, M. 1991, p.40). Sobre a fixação dessa população urbana no Aracati, Lemenhe concorda que ela teve origem com o desenvolvimento da charqueada, mas a atividade que a alimentou, desde o início, foi o comércio.

Na região Jaguaribana, em especial na cidade de Aracati, a natureza assegurava o desenvolvimento àqueles que se dedicavam à criação do gado e à produção do charque, pois, nesses locais, onde a natureza fora prodigiosa, se conjugavam os elementos essenciais para a instalação das feitorias, a exemplo dos ventos, que favoreciam a secagem da carne, e o sal encontrado em abundância, que servia como um conservante natural.

Antes da instalação das charqueadas, os fazendeiros conduziam as boiadas aos principais mercados consumidores, notadamente Olinda, Recife e Salvador. Porém, por volta das primeiras décadas do século XVIII, segundo Abreu (1988), algumas dificuldades surgiram, sobretudo no que se referia ao transporte do gado da área litorânea por apresentarem os cascos mais finos e menos resistentes que os cascos do gado criado na área sertaneja. A dificuldade estava em atravessar os terrenos pedregosos que maltratavam os animais, ficando impossível para as reses competir com o gado de outras capitâneas, por estarem mais próximas às feiras de tais mercados. Sair do litoral e atravessar o sertão deixava o gado bastante debilitado, emagrecido e sem condição física para chegar até a praça de mercado. Os rebanhos que conseguiam chegavam com o peso bem abaixo daquele necessário para ser comercializado. Os fazendeiros começaram a se sentir prejudicados por obter um valor inferior àquele desejado. Neste momento, os fazendeiros resolveram abater o gado no seu local de origem, transformá-lo em carne salgada e transportá-la para o local de consumo.

No que se refere aos rebanhos da zona jaguaribana, esses passaram a ser conduzidos em direção à zona litorânea, local propício para o abate do gado e adequado para a produção do charque, entre outros produtos

derivados dessa atividade, os quais passaram a ser exportados pelo porto de Aracati. Neste sentido, Silva sublinha a importância das charqueadas no desenvolvimento de Aracati:

O advento das charqueadas no Ceará contribuiu sobremaneira para a pujança de Aracati que se tornou o mais movimentado e rico centro da capitania do Ceará. A acirrada concorrência da Paraíba e do Rio Grande do Norte, no comércio de gado bovino para o abastecimento da região canavieira pernambucana, fez com que os cearenses optassem pela venda de um produto preparado e comercializado no local, no caso a matança do gado e preparação de mantas de carne conservadas pelo sal, ficando assim resistente a viagens longas (SILVA, 2002, p.227).

As boiadas eram conduzidas pelos tangerinos (condutores das boiadas) até as feiras de gado. A condução das boiadas na vastidão das várzeas jaguaribanas propiciou também o surgimento de povoados e ranchos, que passaram a fazer parte da dinâmica econômica do período. Devido à topografia plana do terreno, as boiadas e os carros de bois transitavam livremente pelos caminhos. Entretanto, no percurso entre Aracati e Icó havia um obstáculo de vulto, que era o rio Jaguaribe (BARROSO, 1999).

Durante os períodos invernosos, o rio Jaguaribe tornava-se bastante caudaloso e largo, o que dificultava a travessia das boiadas para o outro lado do rio, para ter acesso à cidade de Aracati. Segundo Barroso (1999), os carreiros tiveram a felicidade de encontrar uma passagem que permitia transpor o talvegue a quase pé enxuto, um ponto em que o largo leito se estreitava e era calçado por um estirão de pedras. Nesse local, inicialmente denominado de Passagem de Pedras, surgiu uma povoação que representou uma das principais feiras de gado daquela região, a cidade de Itaiçaba (BARROSO, 1999, p.54).

O viajante Gardner faz referência a essa localidade quando partiu de Aracati em direção à ribeira acima do Jaguaribe, na manhã de três de agosto de 1838:

[...] partimos de Aracati, a cavalo, na manhã de três de agosto, sob forte chuva, que felizmente, logo cessou. Depois de havermos cavalgado por densa floresta de carnaubeiras, em estrada arenosa e inteiramente plana, atravessamos o rio a cerca de duas e meia léguas da cidade. Chamava-se o vau Passagem das Pedras, nome sugerido pelo leito rochoso do rio (GARDNER, 1975, p. 83).

Nesse local, onde tangerinos, marchantes, adquirentes e abatedores se encontravam, teve origem essa povoação, que passou a denominar-se Feira de Gado, depois, Passagem de Pedras e, por fim, recebeu o topônimo de Itaiçaba. Convergiam para a Feira de Gado, em dias determinados, os fazendeiros da circunvizinhança a fim de comprarem e venderem seus animais. Assim, no início do século XVIII, surgiram as primeiras feitorias de charque no Ceará. O historiador Raimundo Girão faz a seguinte assertiva:

Não se sabe ao certo quando principiaram a funcionar as charqueadas no Ceará, mas é fora de dúvida que datam de época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado a categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade do Aracati [...] (GIRÃO, 1986, p.139).

Tal afirmação fundamenta-se na data de construção da igreja Matriz de Aracati, cuja edificação se deu por charqueadores, no início do século XVIII. Segundo registros de documentos oficiais, “no ano de 1714, devastadas as carnaubeiras e os marizeiros, construíram os charqueadores, vindos de Pernambuco e da Bahia, uma capela de taipa com frente de tijolo e coberta de palha, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário”, conforme consta no Livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento – Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Aracati (STUDART FILHO, 1959). Sabe-se, contudo, que, somente em 1761, se deu efetivamente a construção da atual igreja Matriz, desta vez construída de tijolos, no mesmo local em que fora construída a capela de taipa no ano de 1714.

O pequeno arraial (Aracati) prosperou com a dinâmica dessa economia. Nesse contexto, surgiram as classes econômicas mais abastadas da capitania: os fazendeiros, os comerciantes e os charqueadores. Tratava-se de uma elite local que acumulava riquezas e mais, uma sociedade consumidora de artigos importados da Europa, os quais, de início, eram recebidos via Recife.

O progresso econômico de Aracati se expressava na opulência de suas edificações, com seus edifícios públicos, casarões, armazéns, suas igrejas, praças, ruas alinhadas, entre outras representações da sociedade colonial. Nesses sobrados avarandados, decorados com azulejos portugueses, em cuja fachada da casa se destacavam a bica, a beira e a sobre-beira, moravam as ricas famílias da sociedade local. Segundo Leal (1995, p.102),

[...] o telhado para a frente, de bica, beira e sobre-beira, se era, de um lado, uma adaptação ao clima, era de outra parte, também, um símbolo de status social. Os mais modestos não passavam da bica, os melhores em situação financeira poderiam ter bica e a beira; só os mais remediados, de posição social mais elevada, tinham condições para ter, além da bica, a beira e a sobre-beira [...].

Em outras palavras, esse motivo arquitetônico representava a condição social do proprietário. Isto é, a casa que apresentava “beira, bica e sobre-beira” indicava que aquele proprietário era um homem de posses. Quem não tinha “eira nem beira” era um morador desafortunado. Assim originou-se o tão afamado adágio popular, quando se deseja afirmar que uma pessoa não tem posses, diz-se que “é um fulano sem eira nem beira”. Para reforçar a imponência de Aracati o capitão-mor Azevedo Montauri, cujo governo começara em 1782, quando realizava um dos seus giros de inspeção, manifestara que:

[...] ‘das vilas todas da Capitania só esta do Aracati merece o nome, e até os mesmos habitantes dela, ou porque sejam a maior parte deles forasteiros, que vêm de outras partes fazerem os seus negócios, ou porque a Providência assim o permite, são os mais quietos e pacíficos desta Capitania’ (GIRÃO, 2000, p.164).

Com o surgimento das charqueadas, foram introduzidas algumas práticas urbanas. As charqueadas introduziram a divisão de trabalho entre a fazenda de criar, a área de salga e comercialização, realizadas em espaços distintos, permitindo a fixação do homem em determinados sítios. Com as charqueadas, também foi possível a circulação de bens – gado – entre as áreas de criação e de salga e de produtos importados que, entrando pelos portos, eram distribuídos no interior pelos povoados centrais (LEMENHE, J., 1999, p.18; LEMENHE, M., 1991, p.35).

Ademais, a sociedade que passou a habitar a Vila adquiriu novos hábitos inspirados no modo de vida urbano, ou seja, inspirados no modo de vida europeu. Dantas (2003, p. 219) afirma que: “Aos habitantes de Aracati nessa época era atribuído o mesmo valor de um português, ou na linguagem popular, de um marinheiro”. Essas influências se fizeram presentes na própria arquitetura local, com seus casarões revestidos externamente de azulejos portugueses, além de ruas alinhadas. Também, pôde-se perceber tais influências por meio do consumo de roupas importadas, louças, móveis e, principalmente, pôde-se observar, em especial na Vila de Santa Cruz do

Aracati, que os jovens começaram a se dedicar ao estudo das Letras, das ciências, dos ofícios mecânicos e da música. Assim, descreve o historiador Antônio Bezerra (o autor faz referência à cidade em 1742):

Por esse tempo, as casas abastadas mantinham em geral um luxo desconhecido [...] superior ao da capital, e não raro era verem-se atravessar as ruas lindas carruagens conduzindo famílias ricamente vestidas de sêda ou veludo com adornos de preço. Os menos favorecidos da fortuna faziam-se transportar em palanquins, ou como vulgarmente se diz na Bahia, cadeirinhas cobertas de damasco azul bordado à galões, que eram carregados aos ombros de escravos limpos e bem trajados (BEZERRA, 1902, p.150).

O século XVIII configura-se como o período áureo da economia pecuária nordestina. Mas, já no seu final, a natureza que sempre fora tão prodigiosa se encarregou de transformar o destino das vilas que tinham como sustentáculo a economia pecuária.

Os períodos de estiagem prolongados dificultaram, aos poucos, o fabrico da carne seca, uma vez que o gado foi sendo dizimado. Dentre as grandes secas do século XVIII, destacam-se as ocorridas no período de 1777-1778 e 1790-1793. Neste período, em 1780, se retirou do Aracati para o Rio Grande do Sul o português José Pinto Martins e fundou, às margens do arroio de Pelotas, uma charqueada. Para lá, o “aracatiense” ousado transportou os conhecimentos e a prática da indústria do charque, sentenciando de vez o fim das charqueadas no Ceará. Junto a essas charqueadas estabeleceram-se outras, dando origem à cidade de Pelotas e ao charque gaúcho, tão conhecido em todo o Brasil (GIRÃO apud LEAL, 1997, p.21).

4. O Governo português e as diretrizes urbanas para criação da Vila

A história do urbanismo no Brasil é marcada por contradições e equívocos. Por exemplo, a tese defendida pelos estudiosos era a de que os primeiros núcleos urbanos da colônia eram caracterizados pela anarquia, ou seja, eram núcleos urbanos primitivos e desordenados. Segundo Nogueira (1999, p.19), estudos mais recentes têm demonstrado que essa teoria é equivocada, pois novas descobertas apontam para o fato de que

“os portugueses já dominavam e utilizavam amplamente o desenho urbano regular em suas cidades na metrópole ou nas colônias asiáticas e africanas”. É certo que, no início da colonização, alguns aglomerados urbanos, no Brasil, surgiram de forma espontânea. Isso está relacionado à política utilizada pela Metrópole no que se refere à dominação do território. Essas cidades ou vilas apresentavam sempre um caráter funcional, sobretudo, comercial, político ou militar.

A localização desses aglomerados urbanos ocorria geralmente em pontos estratégicos, ou seja, estivera sempre associada às áreas litorâneas elevadas, de forma que permitisse a instalação de portos e assim facilitasse a comunicação com a metrópole portuguesa. Outro fator considerado era a proximidade com fontes d'água, geralmente encontradas em terrenos acidentados. Essas estratégias visavam também ao controle do território contra os invasores estrangeiros. Sobre os elementos da organização espacial, no que se refere à situação dos núcleos coloniais, Reis Filho (1968, p.122) afirma que:

Os núcleos urbanos estabelecidos nos primeiros séculos da colonização brasileira situavam-se, de modo predominante, no litoral, por razões econômicas, administrativas e militares. Exceção fizeram apenas as vilas do planalto paulista. O sistema econômico ao qual a Colônia era vinculada, baseado na divisão internacional do trabalho, fazia com que os núcleos dependessem estreitamente das comunicações com a Metrópole. Era natural, pois, que se procurasse situá-los em posição de conexão com esquemas eficazes de comunicação, e esta era garantida, de preferência, através das vias fluviais e marítimas, fosse para o escoamento da vida colonial, fosse para a obtenção de produtos manufaturados.

Logo, se os portugueses não utilizaram planos urbanos para organizar suas primeiras vilas “isso dependeu de fatores que se inscrevem em uma ordem muito superior em relação à simples decisão do traçado a ser utilizado” (NOGUEIRA, 1999, p.19). Essas vilas ou cidades localizadas em terrenos acidentados permitiram que suas ruas fossem surgindo espontaneamente, adaptando-se à topografia do terreno.

Segundo Abreu (1997, p.213), a criação das vilas no período colonial era uma atribuição destinada aos donatários e governadores, pois eles tinham o poder para criá-las, ou de dar ordem real para que se elevasse a essa categoria algum arraial. O arraial (ou povoado) sempre foi de origem espontânea e resultava do agrupamento de famílias em algumas

residências chamadas de “fogos”. A criação das cidades sempre foi de competência da Coroa. Havia algumas características que eram próprias de cada categoria. Nas vilas e cidades, ficava a sede do governo local. Nelas se estabelecia a justiça em nome do rei, prerrogativa que se materializava na paisagem urbana pela ereção de um pelourinho.

No período colonial, no ato da instalação das vilas, escolhia-se uma praça, a principal da cidade, local onde era edificado o pelourinho. Segundo Girão (1997, p.48-49), o pelourinho simbolizava a jurisdição municipal. Nos primeiros tempos de Portugal, eram executadas, nesse local, as penas impostas pelos almotacés, autoridades judiciárias responsáveis pela limpeza das vias, dos edifícios, dos açougues, das padarias, dos ofícios mecânicos, pelos pesos e pelas medidas, sendo obedecidos certos limites de jurisdição. Segundo Girão (1997), em geral, os pelourinhos eram dotados de corrente de gargalheira e algemas. Para lá, eram levadas mulheres de “vida airada”, onde lhes cortavam os cabelos, e, em seguida, eram expulsas do povoado. Os condenados ao pelourinho, em muitos casos, eram escravos desobedientes e “viciados”, que sofriam os castigos em praça pública. Os pelourinhos “nunca serviam, entretanto, para execução da pena de morte”.

Segundo Barroso (1962, p.104), Aracati tornou-se “terra de gente adiantada e culta com relações diretas com Pernambuco e com a Europa. Comerciava por meio dos veleiros que frequentavam o porto do Fortim, e muitos de seus principais negociantes foram sócios de firmas inglesas”.

Com esse progresso, logo surgiram os primeiros sinais de insegurança e agitação da sociedade aracatiense. A população sentia-se ameaçada por causa do movimento das charqueadas nas ruas centrais. Os incômodos se faziam presentes devido ao mau cheiro exalado pelas oficinas de carne, pela peste de moscas, pela entrada das boiadas na rua principal, pelo abate do gado na parte central, pelo movimento do porto decorrente da circulação de pessoas, enfim, o próprio aspecto estético das oficinas, que acabavam por destoar da harmonia do plano urbanístico.

Toda essa inquietação dentro do povoado contribuiu para que, em 1744, fosse exigida a estada de um juiz ordinário e um tabelião no povoado nos períodos de maior afluência dos barcos (STUDART apud GIRÃO, 1995, p.105).

O desenvolvimento econômico e a opulência do povoado de São José do Porto dos Barcos foram reconhecidos pelo Governo Português, e isso fez com que o Arraial passasse à categoria de vila, por Alvará de D. João V, em 11 de abril de 1747. A vila passou a chamar-se Vila de Santa Cruz do Porto dos Barcos do Jaguaribe (LIMA, 1979, p.60). Entretanto, a inauguração só ocorreu no dia 10 de fevereiro de 1748, pelo Ouvidor da Câmara, Manuel José de Faria, sendo erguido, no dia 24 do mesmo mês e ano, o pelourinho, na praça principal.

No dia 10 de fevereiro de 1748, foi enviada uma ordem, de sua Majestade Dom João V, rei de Portugal, para se “eregir no lugar do Aracaty, Porto dos Barcos do rio Jaguaribe [...] huma nova villa com todas as clausulas e circunstancias na mesma ordem declaradas” (LEAL, 1997, p.7). A demarcação da vila se deu a partir do sítio chamado Cruz das Almas, por ser o lugar mais alto e livre de inundações do rio Jaguaribe. No dia 24 de fevereiro de 1748, levantou-se o Pelourinho de tijolo, barro e cal, tendo em cima do remate quatro braças de ferro com suas argolas na ponta (LEAL, 1997, p.8-9).

A Praça da Cruz das Almas, local que teve a honra de ser o palco da solenidade oficial da criação da Vila, era, segundo Antônio Bezerra, “entre as bellas praças de Aracaty”, a maior da cidade. A área originária da praça era de 6.090 braças quadradas, que se estendia desde a Rua Santos Dumont (antes denominada de Rua Apollo no trecho sul, Rua Parada, no meio, e Rua Silvestre, no trecho norte) até a Rua Cel. Pompeu (antes conhecida como Rua do Piolho, ao sul, Rua do Rosário, no meio, Rua dos Ramos, no trecho norte) (BEZERRA, 1902). A esse trecho urbano pertenciam ainda as principais ruas que, atualmente, se denominam Rua Cel. Alexanzito, antes se chamava Rua do Pelourinho (no trecho sul), Rua das Flores (no meio) e Rua Santo Antônio (no trecho norte); a atual Rua Cel. Alexandrino antes se chamava Rua Direita.

Vale ressaltar que, logo no dia 26 de fevereiro de 1748, depois de demarcado o termo da Vila, também foi demarcado o local para a construção da casa de Câmara e cadeia. Para isso foram destinadas quinze braças de terreno (LEAL, 1997, p.9).

A demarcação do termo da vila e a posse da primeira câmara do Senado de Aracati

foram marcadas para o dia 3 de março seguinte. Nesse dia a vila de Santa Cruz amanheceu em festa. As casas comerciais fecharam as suas portas e as fábricas não trabalharam. No porto, os barcos ficaram adormecidos, de velas enroladas a embalar-se ao ondular suave e leve das águas. Dos arrabaldes e fazendas próximas acorreram famílias para assistir à festa. Foi então designado e medido o termo da vila e empossada a sua primeira câmara. Ao beber o vinho das primeiras alegrias por mais essa vitória de sua terra, os aracatienses sentiram que no fundo do cálice estava a bôrra dos primeiros desgostos e máguas. É que o ouvidor geral negou-se a dar, como era de esperar, maior termo à vila, ficando esta apenas com um pequeno termo de meia légua quadrada, incluindo terrenos salgados e aréias inúteis. Surgiram descontentamentos e murmúrios surgidas do êro da demarcação do termo dado à nova vila, o ato da elevação marcou o início de uma fase de grande prosperidade. O comércio tomou grande incremento. As fábricas de carne multiplicaram-se (LIMA, 1979, p.60-61).

Nesse período de fundação da Vila de Santa Cruz do Aracati (1748), com apenas um termo de meia légua quadrada, a população ficou bastante inquieta a ponto de reivindicar às autoridades maior termo para a Vila. Desde então, travou-se uma luta que tinha como principal objetivo incorporar novas áreas ao território aracatiense. Em 1787, o ouvidor-geral da comarca do Ceará, Dr. Manuel Magalhães Pinto e Avelar, encaminhou a S. Majestade uma representação dos aracatienses, reivindicando maior termo à Vila. Nessa representação os aracatienses argumentavam o seguinte:

Todos sabem que o Aracati é um porto mercante de consideração, que seu comércio tem promovido e promove cada dia a povoação de tal sorte que hoje se contam na vila e seus subúrbios perto de quinhentos fogos; duas mil pessoas de comunhão, cinco ruas públicas, que fazem um aspecto público agradável, as mais delas de sobrado, e mais de setenta lojas de mercadorias [...] Até mesmo a mais pobre e menor vila de índios que por aí há, tem maior termo que esta, sendo a maior em povoação, mais formosa, mais opulenta e mais rica e comerciada da capitania [...] (apud LIMA, 1979, p.63).

Passados seis anos, em 1793, atendendo às reivindicações da população aracatiense, “D. Thomaz de Melo opina que se dê por termo ao Aracaty”. O documento foi redigido nos seguintes termos:

Para vir ao claro conhecimento da verdade do requerimento dos officiaes da camara do Aracaty, em que pedem a V. M.ª maior extensão do termo do que tem, mandei ouvir não só a camara do Aquiraz, como prejudicada, mas também o Dr. Ouvidor geral e corregedor da comarca do Seará, e pelo que ambos me informaram, informo a V. M.ª que a representação dos ditos officiaes é verdadeira e digna de atenção (...) é certo que o seu termo é só de meia legoa, e que o da Vila do Aquiraz é bastante extenso, que muito bem pode admittir desmembração para augmentar o daquella

villa; com cujo augmento se consegue a utilidade desta Villa e felicidade dos povos, tendo mais próxima e prompta a boa administração da Justiça. Não acho porem justo que se conceda a camara do Aracati todo o termo que pede, não só porque é demasiadamente extenso, mas também porque parte delle já foi desmembrado do Aquiraz para a nova Vila do Campo-maior, que mandei crear para a boa administração da justiça e felicidade dos povos em 20 de Fevereiro de 1789 pela faculdade que me permite a carta Regia de 22 de junho de 1766, mas sim que na presente situação **se conceda por novo termo á Vila do Aracati e termo o que vae desde a banda oriental do rio Jaguaribe até Mosçoró, extremas da capitania do Ceará e desde a barra do dito rio até a passagem das Pedras, incluindo o Jupí e Catíngá do Góes**, com cujo termo fica bem servida a camara do Aracati, e pouco desfalcada a do Aquiraz: sendo esta divisão a mesma que me aponta o Ouvidor geral do Ceará, como consta de sua resposta inclusa. Este é meu parecer, e não obstante V. M. mandar á o que for servido. Recife, 16 de Maio de 1793 (STUDART, 2001, p. 405-406, grifo nosso).

No dia 17 de dezembro do mesmo ano, por provisão régia, ratificando o referido parecer, D. Maria, rainha de Portugal, concedeu o termo pedido na representação de 1787. Em 16 de fevereiro de 1820, por decreto imperial, foram concedidas ao Aracati as terras da margem ocidental do Jaguaribe (LIMA, 1979).

Voltando à questão da localização dos edifícios públicos, sabe-se que o terreno demarcado para a construção da casa de Câmara e cadeia ficava ao lado da Praça do Pelourinho. O prédio da Câmara, entretanto, foi construído noutro local, em um trecho da Rua das Flores. Antes de sua construção, a Câmara funcionava em “prédios alugados de particulares” (LEAL, 1997). Segundo Leal, a atual casa de Câmara de Aracati foi construída em 1779. Possuía um sino, por determinação oficial, adotada em sessão de 18 de abril de 1762. Uma das finalidades dessa prática, na época, era a de deixar explícito que naquele tempo, “havia mais respeito às autoridades”. Depois de tocar o sino, à noite, o juiz com seus oficiais saíam a rondar a Vila, e, encontrando mulheres, damas ou revoltosos, esses seriam notificados para se despejarem da terra (LEAL, 1997, p.12-14).

Junto com a Carta Régia que determinava a criação e instalação da Vila de “Santa Cruz do Aracaty”, vieram as recomendações adotadas pelo Parecer do Conselho Ultramarino de Lisboa. Tais observações se referiam, sobretudo, ao padrão morfológico estabelecido para as vilas até então criadas. Nesse documento, atentava-se para a organização da Vila, no que se referia ao plano urbanístico. Lá estavam descritas as características do

núcleo urbano que se desejava criar. Entre as recomendações, estava a preocupação com a largura das ruas, a extensão das praças, a localização dos edifícios públicos, bem como os tipos de casas residenciais que deveriam ser iguais e ter o mesmo perfil, atentando, sobretudo, para o aspecto estético, posto que, no interior das casas, cada morador poderia fazer como desejasse, respeitando a sua comodidade, de maneira que, em toda a vila, se conservasse o mesmo aspecto público.

Sob a influência lusitana foram edificadas os sobrados, as casas térreas, os armazéns da Vila de Santa Cruz do Aracati. Segundo Freyre (1980), diversos valores materiais foram absorvidos da cultura moura ou árabe pelos portugueses e transmitidas ao Brasil, destacando-se a arte do azulejo, que tanto relevo tomou em igrejas, conventos, residências, banheiros, bicas e chafarizes brasileiros. Pela tipologia das casas remanescentes na cidade de Aracati, percebe-se esse hábito trazido na memória do colonizador, presente no cotidiano da vida colonial e que perdura até hoje na cultura popular.

Os artífices coloniais, a quem deve o Brasil o traçado de suas primeiras habitações, igrejas, fontes e portões de interesse artístico, foram homens criados dentro da tradição mourisca. De suas mãos recolhemos a herança preciosa do azulejo [...] o azulejo mourisco representou na vida doméstica do português e na do seu descendente brasileiro dos tempos coloniais a sobrevivência daquele gosto pelo asseio, pela limpeza, pela claridade, pela água, daquele quase instinto ou senso de higiene tropical, tão vivo no mouro (FREYRE, 1980, p. 248-249).

Entre outras recomendações, o Parecer aconselhava o delineamento das ruas para os novos habitantes, não se esquecendo de deixar espaço para o crescimento populacional, respeitando o desenvolvimento urbano que se esperava. Tal parecer preceituava uma série de outras recomendações, a saber: ao escolher o sítio para instalar a Vila, deveria se conservar a ideia de delinear uma face da Vila ao longo do rio; deveria se demarcar primeiro o lugar que serviria de praça e com determinado tamanho para que não parecesse “acanhada”; deveria, no meio da dita praça, levantar-se o pelourinho e, aos lados dela, ficar os edifícios públicos, como casa de Câmara, cadeia e oficinas que fossem necessárias ao serviço da mesma vila.

O plano urbanístico da Vila de Santa Cruz do Aracati atendeu, em parte, às exigências preceituadas no Parecer, pois, de acordo com a dinâmica econômica da época e considerando a importância do rio Jaguaribe,

o plano urbanístico da Vila foi traçado. A largura das ruas tinha o objetivo de atender às funções econômicas. Porém, de acordo com o que era preceituado para outras vilas criadas no Nordeste brasileiro, essa uniformidade do traçado urbano tinha outro significado:

O traçado regular, de conformidade com os princípios de uniformidade e retilidade, também significava solidez, daria maior suporte a ataques violentos e elementos dissidentes. O objetivo também era criar uma comunidade de aparência ordenada que logo à primeira vista desse a impressão de que havia uma autoridade estabelecida (NOGUEIRA, 1999, p.26).

Por essas ruas, transitavam as boiadas comercializadas nas feiras de gado. Após a comercialização do gado, as boiadas eram tangidas até o local de abate, na Vila de Santa Cruz do Aracati. A entrada das boiadas se dava pelas ruas principais, percorrendo todos os trechos destas, até a Rua Santo Antônio, local mais próximo dos currais, do matadouro e das oficinas de charque.

Conforme análise, as ruas antigas da cidade de Aracati apresentam-se bem mais largas que o padrão de ruas estabelecido no período colonial. Para se ter uma ideia, as ruas de Salvador possuíam, na época, 66 braças (14 metros), em Aracati, a principal rua possui em média de 17 a 18 metros, constando, em alguns trechos, 24 metros (NOGUEIRA, 1999).

Outra peculiaridade do traçado urbano da Vila de Aracati é a presença dos tradicionais becos. Estes visavam facilitar a comunicação entre o Porto dos Barcos, as oficinas e os armazéns, que tinham portas largas nas laterais que davam para os becos, facilitando o carregamento de mercadorias entre o porto, as casas comerciais e as oficinas. Os becos não possuem uma medida padrão, em média estão entre 2,45m a 7m de largura, aproximadamente.

As diretrizes urbanas da Vila de Santa Cruz do Aracati lograram bastante êxito, ao ponto de algumas autoridades passarem a recomendar esse plano urbano para a construção de outras vilas. Segundo Nogueira (1999, p.28-29), quando o Conselho Ultramarino instruiu o Governador Gomes Freire de Andrade a criar oficialmente uma vila na localidade de Rio Grande, no extremo sul do Brasil, recomendou a utilização do modelo de Aracati. A carta recebida pelo governador em 1747 declarava que "... a fim de o dito Ouvidor ordenar melhor as ruas dessa cidade, sua praça, a Igreja, a Casa de Câmara e Cadeia, estou determinando a instrução

inclusa..., que foi remetida ao Ouvidor do Ceará para criar a nova villa na localidade de Aracaty” (Trecho da Carta Régia a Gomes Freire de Andrade de 17 de julho de 1747 apud NOGUEIRA, 1999, p.29).

Por ocasião do período estudado, na cidade de Aracati, pelo menos até as primeiras três décadas do século XIX (fim do período colonial), essa vila continuou com liderança sobre as vilas da Capitania, através da introdução da cultura do algodão, que contribuiu, sobretudo, para revitalizar a sua economia, em virtude do declínio das charqueadas. Alguns estudiosos expressam a mesma opinião, quando falam sobre a supremacia de Aracati, no final do período colonial, entre eles Pompeu Sobrinho, em 1814; Silva Paulet, em 1816, e L. F. Tollenare, que visitou o Ceará entre 1816 a 1818, conforme textos citados no documento do IPHAN, 1998, p.92:

A casa de inspecção do algodão no Aracati, era superior a da capital, sendo os principais gêneros de exportação da dita villa algodão e couros (Pompeu Sobrinho).

Aracati é a mais opulenta da capitania com maior população e onde se acham casas de sobrado, o que é devido a ser o porto de embarque das produções de algodão [...] (Silva Paulet).

[...] é uma cidade que dia a dia adquire maior importância devido ao plantio do algodão, que ali tem dado resultados (Tollenare).

O historiador Antônio Bezerra (1902), ao escrever sobre a cidade de Aracati, afirma que, “no começo do século XIX, a Villa de Aracaty já gozava dos melhoramentos que a metrópole concedia às mais ricas e adiantadas”, em sua opinião a cidade de Aracati, nessa ocasião, “dá ares de uma grande praça commercial; dir-se-ia um prolongamento do Recife, tanto e tão semelhante é a construção da casaria com a daquella parte da capital pernambucana”. Em 25 de outubro de 1842, a vila foi elevada à categoria de cidade por Lei provincial nº 244 e recebeu a denominação de Aracaty (SOUSA, 1922, p.47).

5. A Câmara municipal e a legislação do solo urbano

No período colonial, a Câmara municipal representava o poder local. Os vereadores eram escolhidos por período trienal. Geralmente, eram fazendeiros ou seus representantes diretos e tinham as seguintes atribuições:

As Câmaras, corporações de eleição triênia, incumbia a administração municipal, com atribuições ligadas à regulamentação das feiras, mercados e do trânsito; à gerência dos bens do Conselho e suas receitas; à construção, reparos e conservação das estradas, pontes e calçadas; à arborização e limpeza das ruas e praças; à construção de edifícios; ao exercício do comércio e dos ofícios; ao abastecimento de viveres; à cultura das terras, tudo enfim que interessasse ao bem comum, sendo-lhes facultado o direito de representação às autoridades superiores e ao próprio monarca (GIRÃO, 2000, p.103).

Depois de eleitos, através de uma eleição indireta, os “homens bons”, uma vez membros da Câmara (vereadores e procuradores) nomeavam o juiz de órfãos, juízes almotacéis (responsáveis pelas regras de higiene pública e regulamentação do comércio), juízes de vintena (espécie de juízes ordinários dirigidos apenas para as freguesias e aldeias com mais de 20 famílias), escrivão e secretário (THÉBERGE, 1973 apud FERREIRA NETO, 2003, p.155). A Câmara era presidida pelo juiz de fora ou pelo juiz ordinário. As Câmaras legislavam sobre meio ambiente, ocupação do espaço territorial, higiene, comércio, criação de animais e inúmeros outros assuntos.

A Câmara municipal, em Aracati, no período colonial, sempre estivera atenta aos problemas locais, procurava organizar a Vila, e, sobretudo, tomava medidas para amenizar os problemas ambientais decorrentes das práticas econômicas. Um dos problemas ocorridos ainda no século XVIII se refere ao assoreamento do rio Jaguaribe. Além dos problemas naturais, como os ventos, as correntes oceânicas, que impeliam os bancos de areia para a sua foz, obstruindo os canais de entrada dos navios e barcos, outras atividades econômicas contribuíram para estreitar o leito do rio. Segundo Bezerra (1902, p.135): “Muito concorreram para essa obstrução os curraes de pescarias, que por permissão da camara foram levantados desde o meado do século XVIII, no leito do rio até o mar”. Todavia, no Auto da “veriação de 10 de setembro de 1785”, segundo Bezerra (1902), o vereador Antônio Pereira de Carvalho se opôs a que o senado da Câmara concedesse licença para levantar currais de peixe no rio Jaguaribe. Na justificativa, alegava que esta prática estava obstruindo o leito do rio, sendo certo que o canal deste era tão fundo que os barcos subiam por ele acima até defronte da igreja do Senhor do Bonfim. Continuou, no entanto, o abuso, e, hoje, o ancoradouro fica distante da cidade cerca de 14 quilômetros. Antes destes problemas

ocorridos, assim relata Bezerra, o rio se conservava com bastante água até a Passagem das Pedras (atualmente o município de Itaiçaba), três léguas acima, onde chegavam, em marés de preamar, as canoas e outros barcos do tráfico.

A Câmara também se fez presente quando da implantação das charqueadas. Conforme consta no Auto da Audiência Geral em 12 de fevereiro de 1781, e no “Auto da Segunda Audiência Geral, que requereu a Câmara nesta Vila do Aracati”, em 19 de fevereiro de 1781 (apud NOBRE, 1976), a Câmara municipal exigiu a retirada das oficinas da rua central, como forma de aliviar a população local dos incômodos provocados por elas. Os vereadores alegavam a necessidade de se demolirem as oficinas, pois elas estavam desfigurando a beleza e arruinando a saúde pública da Vila. Alegavam, também, o fato de que a matança do gado dentro da Vila gerava uma peste de moscas e um cheiro insuportável, que não existia somente nos tempos das matanças, mas em todo o curso do ano. Quando chovia, a situação piorava. Para o bem público, era impossível se conservarem as oficinas dentro da Vila. Era uma ameaça à saúde da comunidade local. Esses incômodos se faziam presentes até no momento de se celebrar uma missa, pois era necessário estar o acólito continuamente a espantar as moscas. As imagens e os ornamentos da igreja estavam sempre sortidos pelas moscas. Isso acontecia, sobretudo, na igreja Matriz, por estarem as ditas oficinas contíguas a ela. Além disso, também era notório que a Rua Santo Antônio era a mais importante e mais populosa, cheia de lojas, abertas de “mercadores de fazendas”, os quais se perdiam em meio às moscas. Os moradores reclamavam também do asseio das casas e roupas e também da comida deles, que sempre estava envolvida com moscas.

A imagem representada no Auto desta Segunda Audiência sobre a Vila é retratada como um caos total. O terreno onde estavam localizadas as oficinas era sempre cheio de couros, com os baios, as carnes, as salmouras e as lamas que faziam. Enfim, com a presença de cachorros e outros bichos, atraídos pelos ossos, causava notórios inconvenientes, por causa da podridão existente no local.

A Câmara municipal sugeriu a retirada das oficinas, pois eram casas ou edifícios insignificantes em forma de telheiros, formados de paus e

telhas vãs, que, em pouco tempo, poderiam mudar-se, e serem construídos novamente em outro espaço, com os mesmos paus e as mesmas telhas. O lugar destinado para as novas instalações era mais conveniente para as mesmas oficinas e bem mais perto do Porto dos Barcos. Assim, requeriam que a determinação acordada na audiência fosse executada sem demora, sob pena de notificar os donos e administradores dessas oficinas.

Os incômodos decorrentes dessa atividade, também, surgiram devido à própria população que aproveitava os ossos do gado abatido para retirar a manteiga dos tutanos. Após extraírem a gordura, deixavam os ossos jogados nos quintais, nas ruas, agravando ainda mais o mau cheiro. Então, por medida de higiene, determinou-se, a partir daquela mesma Audiência da Câmara, que nenhuma pessoa poderia carregar os ossos para sua casa, nem que nelas se fabricasse a referida manteiga. Esta era uma atividade que só poderia se realizar dentro das oficinas ou mesmo nos seus arredores.

O local mencionado para instalar as oficinas, dali por diante, deveria ficar no terreno que ia da “Officina do Salvador”, próximo da Ilha dos Veados, por estar mais próximo do ancoradouro dos barcos e mais distante das ruas principais da Vila (Atas da Câmara datadas em 12 e 19 de fevereiro de 1781 apud NOBRE, 1976). Sobre a retirada dessa manteiga dos tutanos Debret (s/d.) também teve o privilégio de vê-la em uma das charqueadas no Rio Grande. Segundo Debret, ao passar pelo “barracão das caldeiras”, viu as negras ocupadas nos trabalhos de charqueadas, cortando a carcaça dos bois, depois jogando na água fervendo das caldeiras a fim de se escumarem as gorduras que “vêm à tona e retirar assim o sebo comum que se vende em pães”. Viu ainda na mesma ocasião a retirada de outra espécie de gordura de “qualidade infinitamente superior produzida pela medula e pelo miolo fervidos [...]”; esse trabalho minucioso era confiado especialmente às negras”. É interessante observar que, desde a instalação da Vila, já havia a preocupação do Conselho Ultramarino de Lisboa em destinar um local apropriado para os currais, os matadouros e as oficinas. Estas últimas deveriam ficar instaladas a sotavento da Vila, junto ao rio para que a população não sofresse com o mau cheiro.

Essa determinação explica a razão pela qual a cidade foi construída de costas para o rio. Essa diretriz que determinava a construção da Vila

do lado leste do rio Jaguaribe tinha como finalidade deixar que os ventos nordeste e sudeste impelisserem para longe o mau cheiro que exalava dos matadouros e currais. O próprio rio Jaguaribe era considerado, nesse momento, um local insalubre, porque os dejetos derivados das oficinas de charque eram despejados no rio. Segundo Nogueira (1999, p.36), “o Jaguaribe era considerado local de pouca higiene e para onde seguiam os despejos das oficinas de charque [...]”. A prática de jogar os dejetos nos rios era comum. Debret presenciou tal situação também no Rio Grande.

A salgadeira é um rés-do-chão bastante espaçoso, coberto, de forma oblonga, interiormente guarnecido, de cada lado e em todo o comprimento, por dois imensos balcões inclinados sobre os quais se estendem os pedaços de carne a serem salgados. Calhas de madeira aderentes aos balcões recebem as águas da salgação e as conduzem a um pequeno esgoto descoberto, destinado ao escoamento do sangue; um filete de água viva lava continuamente esse pequeno canal que deságua no rio (DEBRET, s/d).

Tudo indica que essa situação era a mesma praticada na capitania do Ceará, uma vez que a prática do charque foi introduzida por um português, que migrou do Aracati (o qual se considerava aracatiense) para o arroio de Pelotas no final do século XVIII, conforme já foi mencionado.

6. A Igreja e as irmandades religiosas

A paisagem urbana de Aracati expressa, através de seus templos religiosos, herdados do período colonial, o poderio da Igreja Católica na formação socioespacial. A Igreja no início da conquista da terra juntamente com o Estado e os colonos exerciam o papel de dominadores dos indígenas da região, impondo sua religião, “pacificando-os”, a fim de transformá-los em vaqueiros e mão de obra para as fazendas de criação de gado.

Um local que evoca a ação da catequese dos indígenas é o próprio largo que fica em frente à igreja Matriz, “local onde eram reunidos os índios submetidos à catequese” (HOORNAERT, 1995). No Ceará, ao tempo de sua colonização, observa-se o importante papel que as irmandades religiosas e confrarias exerceram na organização das vilas e cidades coloniais. Neste

sentido, Campos evidencia o papel dessas irmandades na organização do espaço:

Em poucos lugares do país, as irmandades religiosas estiveram de modo oficial tão divulgadas, no que diz respeito aos seus atos compromissais, como no Ceará. [...] Constituem essas entidades campo vastíssimo à análise e definição de comportamento sócio-religioso do tempo em que prevaleciam em suas funções, não sendo, como imaginam os apressados, de sua obrigação, apenas construir templos, cemitérios, e cuidar do exercício dos ofícios religiosos (CAMPOS, 1980, p.5).

Essas irmandades tão presentes na Vila de Aracati funcionavam como entidades de classe. Congregavam, em cada uma delas, pessoas da mesma cor. A vida social da Vila de Aracati, por ocasião do período estudado, foi fortemente marcada por essa cultura, tendo como testemunho o espaço construído, com os templos religiosos que pertenciam às várias irmandades religiosas. Essas, além de se responsabilizarem pela construção dos templos, tinham o objetivo de prestarem assistência aos irmãos malsucedidos em negócios. Campos (1980, p.7) destaca a irmandade do Santíssimo Sacramento, da cidade de Aracati, por ser esta, entre todas, a mais interessada em deixar pecúlio a ser pagável à família dos irmãos falecidos. O autor diz ainda que, “logo depois do Estado, são as mais eficientes auxiliares que sustentam os estabelecimentos religiosos do país”.

Observava-se, dentro da própria Igreja Católica, a separação dos indivíduos por grupos étnicos. Essa divisão veio a refletir-se no espaço construído, onde cada irmandade possuía o seu templo: o templo dos brancos, dos pretos e dos pardos, o que contribuía para a segregação socioespacial.

A localização das igrejas, em Aracati, que datam do período colonial, praticamente delimita o traçado urbano da Vila, através de ruas retilíneas em um plano reticulado. Os templos religiosos ficavam situados nas principais ruas da Vila.

A igreja Matriz de Aracati foi construída por ricos charqueadores vindos de Pernambuco e da Bahia. Pertencia à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos. Inicialmente, em 1714, foi erguida uma capela com frente de tijolos, as laterais de taipa e o telhado coberto de palha. Em 1719, os charqueadores cobriram-na de telha. Somente em 1761, deu-se a construção da atual Matriz (STUDART FILHO, 1959, p.304-307).

Da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres sabe-se apenas que foi construída por Francisco das Chagas Chora e pertencia à Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pardos Livres. Está localizada na Rua do Piolho (trecho inicial da atual Rua Cel. Pompeu). A referida igreja, ao longo do tempo, foi perdendo as características originais. Algumas mudanças na sua arquitetura foram bastante significativas, dentre estas, aquela realizada pelo senhor Antônio Felismino Filho. Este reformou a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres modificando inteiramente o estilo colonial. A reforma teria ocorrido no início do século XX (BEZERRA, 1902, p.140).

A igreja de Nossa Senhora do Rosário (dos pretos) pertencia à Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos, localiza-se no trecho central da antiga Rua do Rosário (trecho central da atual Rua Cel. Pompeu). Pouco se sabe sobre sua construção. Sobre esse templo, Antônio Bezerra escreveu as seguintes características:

[...] de construção simples e tinha o cunho de pobreza das demais igrejas do Estado. Esta foi construída primeiramente de taipa e nela rezavam os pretos nos domingos os seus terços, até que o capitão Feliciano Gomes da Silva e sua mulher Floriana Ferreira da Silva, em 1777, fizeram doação de umas casas de pedra e cal, sitas na rua do Piolho, para seu patrimônio, e requereram licença para erigir e benzer a capella que com o título de N. S. do Rosario pretendiam levantar á mesma senhora (BEZERRA, 1902).

A igreja do Senhor do Bonfim foi edificada por Pedro de Almeida, em 1772 (25 anos depois da criação da Vila), localiza-se no antigo trecho da Rua do Pelourinho (atual Rua Cel. Alexanzito). A igreja foi construída no mesmo local onde havia um oratório de invocação do santo do mesmo nome. Pelos serviços de construção, sabe-se que era de responsabilidade da "Irmandade do Senhor do Bonfim da Freguezia e cidade do Aracaty". Nos fundos daquela igreja, existe um cemitério, construído em 1878, sob a administração do procurador da confraria do Senhor do Bonfim, o português Albino Rodrigues Soares. Este se encarregou pelo calçamento ao redor do templo, que foi concluído em 1879 (SANTOS, 1917, p. 336-353).

Não há como negar o valor histórico dos templos religiosos para se compreender a organização do espaço urbano em Aracati. Contudo, do ponto de vista do valor arquitetônico, são construções que se caracterizam pela simplicidade. Sobre este assunto escreveu Valdelice Girão:

As próprias igrejas do início do século XVIII, principalmente as da área pastoril, entre as quais, se encontra a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário do Aracati, apesar de apresentar influências daquelas de Pernambuco e da Bahia, de onde muitas vezes provinham os materiais de construção, mostram uma aparência singular, quase severa, principalmente nos interiores. Salientando-se, no entanto, que nesta arquitetura simples, motivada pela falta da pedra de obra apropriada, na modesta alvenaria foi executada uma ornamentação própria, onde os artistas anônimos obtêm com linhas, nas combinações ingênuas das curvas e ornatos retilíneos, os efeitos decorativos da maior significação, surgindo daí, uma arte sertaneja, oficialmente desconhecida, que chama a atenção para sua originalidade tão peculiar que deve ser admirada como testemunho material da *civilização do sertão* (GIRÃO, 1995, p.121).

Ao analisar a arquitetura religiosa das áreas sertanejas, Nogueira (1999, p.46) enfatiza a pobreza dos motivos arquitetônicos e faz uma comparação com os prédios coloniais barrocos da área açucareira. Para a autora, as igrejas do Aracati, assim como muitas que foram construídas no sertão, eram cópias imperfeitas dos modelos dos grandes centros urbanos, especialmente aquelas construções da área açucareira. A autora utiliza como exemplo as igrejas do Bairro de São José, no Recife, pois essas edificações certamente devem ter orientado a construção de algumas igrejas no Aracati.

7. Considerações Finais

Passados três séculos desde seu surgimento, no século XVIII, Aracati ainda guarda, na largura de suas ruas, na estreiteza de seus becos, nas casas de sobrados e de janelas avarandadas, nos templos religiosos, peculiaridades que a distinguem de tantas outras cidades coloniais do Brasil. Uma dessas particularidades está marcada no próprio traçado urbano retilíneo com ruas largas, cortadas por becos, diferenciando-se assim de outras cidades do referido período, quando o que as caracterizava eram as ruas estreitas e a sinuosidade do traço urbano. Basta citar, como exemplo, o centro histórico de Salvador e as cidades históricas mineiras. Todavia o centro histórico de Aracati assemelha-se bastante ao centro histórico de Icó (CE), Oeiras (PI), Açú (RN), Pombal (PB), cidades coloniais do Nordeste brasileiro.

Em especial, as particularidades arquitetônicas se assemelham em quase tudo, com as cidades históricas do Ceará colonial. A organização dessas vilas compunha-se da Câmara municipal, da igreja matriz, do pelourinho, símbolos que se materializavam no espaço, representando as forças dos principais agentes detentores do poder econômico, político e cultural.

Outros espaços evocam a presença dos excluídos da história, como exemplo, o largo que fica em frente à igreja Matriz de Aracati, local onde os nativos foram catequizados, ou seja, foram obrigados a esquecer sua cultura e deixar disseminar, na Vila “civilizada”, os hábitos do homem branco; a Praça da Cruz das Almas, local onde foi estabelecido o pelourinho e onde se fazia justiça em nome do rei, condenando escravos “desobedientes”, ou seja, aqueles que lutavam apenas pela igualdade entre os homens e tiveram que pagar com a própria vida porque ousaram infringir as regras da conservadora sociedade colonial; as igrejas que pertenciam aos diferentes grupos sociais, distintos pela cor da pele, são construções que afirmam o conservadorismo e o preconceito de uma sociedade apartada.

Estes lugares de memória testemunharam momentos de encontros e confrontos e carregam nos detalhes de suas formas um acúmulo de valores e significados. São representações de uma sociedade conservadora e elitista, materializadas na estrutura e nos desenhos de suas casas, dos edifícios públicos, das praças e dos templos religiosos.

Através da história oficial, observa-se a ação dos diferentes agentes sociais modeladores do espaço em Aracati, a saber: a Igreja e as irmandades religiosas, a Câmara municipal, o Estado português e os agentes econômicos (fazendeiros, comerciantes e charqueadores). Vale lembrar os que foram marginalizados e ocultados nesse processo, ou seja, os indígenas e a população negra principalmente, provavelmente transformados em trabalhadores domésticos, artesãos, ferreiros, pedreiros, etc. Teriam sido eles que ergueram os templos e casarões da Vila? Foram estes artesãos anônimos responsáveis pelo embelezamento da Vila? Estima-se que sim, pois, por trás de toda essa história, de toda a produção daquela riqueza, havia uma força de trabalho. Infelizmente, há poucos indícios ou quase nenhum registro sobre esta população anônima, ou seja, os grupos sociais excluídos.

A sociedade aracatiense incorporou bem a cultura européia. Um povo polido, que sempre se portava de roupas elegantes, carregado de “bons hábitos”, enfim, um povo que se distinguia como o mais “civilizado” da Capitania. A vila estava sempre embelezada por belos solares, ruas e praças ajardinadas. A opulenta Vila de Santa Cruz do Aracati era o local onde se davam as audaciosas transações comerciais realizadas entre homens sisudos, os mais respeitados do Ceará colonial.

Evidentemente, o povo aracatiense tem todo o direito de preservar este patrimônio, seja ele herdado do pobre, do rico, do branco, do negro, do índio etc. Mas não deve esquecer que, em sua forma aparente, a cidade guarda apenas parte da sua história – a cidade dos “heróis”. Todavia, o povo aracatiense não tem o direito de esquecer o outro lado que faz parte, evidentemente, da mesma história, a história daqueles que apenas com a sua força de trabalho retiraram da terra toda a riqueza para seus senhores e levantaram monumentos, ergueram templos, sobrados, enfim, a história daqueles que, após serem explorados, tiveram que desaparecer para que os “heróis” pudessem contar as suas conquistas.

Notas

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq durante a realização do meu mestrado, no período de 2002-2004, no Mestrado Acadêmico em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Referências

ABREU, J. C. de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ABREU, M. de A. A Apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná et al. (orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p.197-245.

_____. Sobre a Memória das Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, Laget/UFRJ, n. 4, 1998, p.5-26.

AZEVEDO, A. de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. **Revista Terra Livre - Geografia Espaço e memória**, São Paulo, n. 10, 1994.

BARROSO, G. **À Margem da História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BARROSO, F. A. **Igrejas do Ceará**: crônicas histórico-descritivas. 2º volume. Fortaleza: Editora Gráfica, 1999.

BEZERRA, A. A cidade do Aracaty. In: **Almanach do Estado do Ceará, para o ano de 1902**, Ano 8. Fortaleza: Typ. Economiea, 1902.

CAMPOS, E. **As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial**: apontamentos para sua história. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DANTAS, E. W. C. Sistemas de Cidades em Terra Semi-árida. In: ALMEIDA, Maria G. de; RATTI, Alessandro J. P. (orgs). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia, 2003. p. 207-236.

DEBRET, J. B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. TOMOS I e II. Tradução e notas de Sérgio Milliet. 4ª edição [S.L.: s/d].

FERREIRA NETO, C. **Estudos de História Jaguaribana**: documentos, notas e ensaios diversos para história do baixo e médio Jaguaribe. Fortaleza: Premium, 2003.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

GARDNER, G. **Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GIRÃO, R. **Evolução Histórica do Ceará**. Fortaleza: BNB, 1986.

_____. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1997.

_____. **História Econômica do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: UFC – Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000.

GIRÃO, V. C. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995.

HOORNAERT, E. Catequese e Aldeamento. In: SOUSA, Simone (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 45-62.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4ª Superintendência Regional (CE/RN). **Aracati-CE - Estudo para Tombamento Federal**. V.1 e 2, 1998.

LEAL, H. I. **Casa de Câmara e Cadeia de Aracati**. Fortaleza: Instituto do Museu Jaguaribano - Aracati, 1997.

_____. **Singelo Documentário de Alguns Atentados ao Patrimônio Cultural da Cidade de Aracati** (1940-1994). Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1995.

LEMENHE, J. A. A Ocupação do Vale do Jaguaribe e o Nascimento de sua Arquitetura. **Propostas alternativas: Vale do Jaguaribe Natureza e Diversidade Cultural** – I, n. 6. Fortaleza: IMOPEC, 1999. p.18–21.

LEMENHE, M. A. **As Razões de uma Cidade**: conflitos de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIMA, A. G. C. **Terra Aracatiense**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1979.

NOBRE, G. da S. **As Oficinas de Carnes do Ceará**: uma solução local para uma pecuária em crise. Fortaleza: Gráfica Editorial, 1976.

NOGUEIRA, J. de C. **Aracati**: Evolução, Arquitetura e Reabilitação. Requisito de avaliação final referente à conclusão do curso de Arquitetura. Recife: UFPE (mimeo), 1999.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil** (1500/1720). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

SANTOS, B. A Capella do Senhor do Bomfim. **Revista do Instituto do Ceará - RIC**, TOMO XXXI, 1917, p.336-353.

SILVA, J. B. da. A Cidade Contemporânea no Ceará. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide et al. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 215-236.

SOUSA, E. **Álbum do Jaguaribe**. Belém: Gráfica Amazônia, 1922.

SOUZA, M. S. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, p.13-31.

STUDART FILHO, C. Matriz de Aracati. **Revista do Instituto do Ceará - RIC**, TOMO LXXIII, 1959, p. 304-307.

STUDART, Barão de. **Datas e Factos para a História do Ceará.** TOMO I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

VASCONCELOS, P. de A. Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial. In: CASTRO, Iná et al. (orgs.). **Explorações Geográficas:** percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

Recebido em: 30/05/2011

Aceito em: 07/07/2011

